

Direito Econômico; do "Econômico" como conteúdo de direito

WASHINGTON ALBINO PELUSO DE SOUZA
(Da Faculdade de Direito da U. M. G.)

(conclusão)

O material recolhido para a presente pesquisa foi buscado nas Constituições de 55 países. Na execução do trabalho obedecemos tão somente à facilidade de encontro dos textos constitucionais, pois preferimos a análise da legislação básica que nos parece mais abrangente da vida jurídica, política e econômica de cada povo, oferecendo-nos, portanto, o ambiente de atividade econômica mais ajustado à realidade.

Fizemos uma primeira pesquisa no sentido de registrar a ênfase dada ao econômico em cada um destas constituições, tomando-se, até então este econômico, no sentido de sua conexão com fins políticos visados e, em última instância, com o objetivo final econômico, que é o **bem-estar**. (9)

Para facilidade de aproximação, consideramos numa primeira coluna, (vide Quadro I) as Constituições que se dedicaram tão grande importância às condições econômicas, à realidade econômica, reúnem em capítulo especial o tema desta natureza; numa segunda coluna, situando aquelas Constituições que, embora destacando a importância do tema econômico, não chegam a capitulá-lo de modo especial. Numa terceira coluna, enquadrámos aquelas outras que não destacam a atividade econômica em seu texto, mas, ao contrário, empregam-se mais a definir a atividade política em termos de elementos políticos específicos.

Uma primeira observação nos levaria à análise destas Constituições pelas respectivas datas, permitindo, ainda, em caso de alguns desencontros, a consideração de fatos específicos relacionados com a vida política dos respectivos países e capazes de justificarem

9 — A expressão *bem-estar* é julgada de muito fluído significado pelos economistas modernos que procuram delimitar-lhe e objetivar-lhe o sentido. Ver "una dificultad del concepto de bien-estar social", Kenenette J. Arrow, in Revista de Economia Política, Enero-Abril, 1956- Vol. VIII, nº. 1, Madri, Espanha.

aquele desajuste. Teríamos significativa coincidência de orientação constitucional com a predominante politico-econômica da época. Limitar-nos-emos, no entanto, ao programa inicialmente traçado, deixando tais observações para momento julgado mais oportuno. E por facilidade compreensível, trabalharemos as Constituições que destacam um capítulo especial para a "Ordem Econômica", subentendendo-se que aí se encontre mais concentrado o material de nossa pesquisa.

O seguinte quadro poderá facilitar o entendimento da descrição acima:

QUADRO I

(obedecidos os títulos constantes dos originais)

Constituições c/ capítulo especial destinado à "Ordem Econômica"	Constituições s/ cap. especial mas que cuidam do tema	Constituições que não dão destaque ao tema econômico
<p>Albânia — 1946 — Cap. II — Arts. 5 a 11 — "Da Ordem Social e Econômica".</p> <p>República Democrática Alemã — B) 2. A Regulamentação da Economia — arts. 19 a 29.</p> <p>Estado Livre da Baviera — 1946 — Tit. IV — "Economia e Trabalho"; Cap. I — "A Organização Econômica" — arts. 151 a 157 — Cap. II "A Propriedade" — arts. 158 a 162. Cap. III — "A Agricultura" — arts. 161 a 165. Cap. IV — "O Trabalho" — arts. 166 a 177.</p> <p>Estado da Renânia — Palatinado — 1947 — Seção VI — "Organização Econômica e Social" — arts. 51 a 73.</p> <p>País de Saxe — 1947 — Seção I — "A Economia" — arts. 71 a 79.</p> <p>República Popular da Bulgária — 1946 — Cap. II — "Da Organização Social e Econômica" — arts. 6 a 14.</p> <p>República Popular da Hungria — 1949 — Cap. II — "Da Ordem Social" — arts. 4 a 9.</p> <p>Itália — Primeira Parte: "Direitos e Deveres dos Cidadãos". Tit. III — "Relações Econômicas" — arts. 35 a 47.</p> <p>Portugal — 1933 — Tit. VIII —</p>	<p>Austria — Lei Constitucional — 1945 — complementando lei de 1929. Tit. "Contrôle Financiero Federal" — arts. 12 a 55, cuidando do "contrôle do conjunto da Administração Econômica da Confederação..."; art. 34, "Conselho dos Países e das Profissões...".</p> <p>Espanha — 1945 — Cap. III — "Direito do Trabalho. Propriedade; Carta do Trabalho".</p> <p>França — 1946 — Tit. III — "Do Conselho Econômico" — art. 25.</p> <p>Irlanda — 1937 — "Propriedade" — art. 43; "Princípios norteadores da política social" — art. 45.</p> <p>Suíça — 1874 — Completada por ato destinado a reforçar a defesa nacional e a lutar contra a chomage.</p> <p>Equador — 1946 — "Conselho Nacional de</p>	<p>República Federal Alemã — 1949.</p> <p>Andorra — 1866.</p> <p>Bélgica — 1831, modificada em 1893, 1920 e 1921.</p> <p>Dinamarca — 1920.</p> <p>Finlândia — 1919.</p> <p>Grécia — 1911.</p> <p>Islândia — 1944.</p> <p>Liechtenstein — 1921.</p> <p>Luxemburgo — 1868.</p> <p>Mônaco — 1911.</p> <p>Noruega — 1814.</p>

Constituições c/ capítulo especial destinado à "Ordem Econômica"	Constituições s/ cap. especial mas que cuidam do tema	Constituições que não dão destaque ao tema econômico
<p>"Da Ordem Econômica e Social" — arts. 29 a 41.</p> <p>Rumônia — 1948 — Tít. II — arts. 5 a 15 — "Estrutura Social e Econômica".</p> <p>Sarre — 1947 — Tít. V — "Economia e Organização Social" — arts. 43 a 59.</p> <p>Tchecoslováquia — 1948 — Cap. VIII — "Organização Econômica" — §§. 146 a 164.</p> <p>URSS — Cap. I — "Organização Social" — arts. 1 a 12.</p> <p>Vaticano — 1929 — XIV. Lei sobre a Organização Econômica, Comercial e Profissional.</p> <p>Iugoslávia — Cap. IV — "Ordem Social e Econômica" — arts. 14 a 20.</p> <p>Brasil — 1946 — Tít. V — "Da Ordem Econômica e Social" — arts. 145 a 162.</p> <p>Guatemala — 1945 — Tít. IV — "Regime Econômico e Fazendário" — arts. 88 a 102.</p> <p>Panamá — 1946 — Tít. XI — "Economia Nacional" — arts. 225 a 239.</p> <p>El Salvador — 1950 — "Regime Econômico" — arts. 115 a 149.</p> <p>Argentina — 11-3-949 — Cap. IV — "A Função Social da Propriedade o Capital e a Atividade Econômica" — arts. 38 a 40.</p> <p>Bolívia — 14-11-947 — Seção XIII — "Regime Econômico e Financeiro" — arts. 106 a 123.</p> <p>Cuba — 4-11-1952 — Seção IV — "Da Economia Nacional" — arts. 244 a 253.</p>	<p>Economia" — arts. 79 e 80.</p> <p>Honduras — "Propriedade; Trabalho".</p> <p>México — "Trabalho e Previdência Social" Tít. VIII — "Conselho Nacional de Economia.</p> <p>Uruguai — Sec. XIV "Do Conselho de Economia Nacional".</p>	<p>Países Baixos — 1887.</p> <p>Polônia — 1947.</p> <p>São Marinho.</p> <p>Suécia — 1809.</p>

Nestas Constituições encontramos técnicas inteiramente diversas de tratamento e até mesmo de disposição dos temas econômicos ou daqueles que diretamente se relacionam com a atividade econômica.

Adotamos, pois de nossa parte, técnica que precisa ser enunciada para melhor análise das conclusões. Estamos de acordo em que outros processos ou caminhos diferentes poderiam ter sido tomados. Julgamos cedo entretanto, para discutirmos qual a melhor técnica a ser adotada em tal pesquisa. No momento, urge, fazer a pesquisa.

Assim, partimos de uma relação dos assuntos que as Constituições colocam no capítulo da "Ordem Econômica e Social". Seria óbvio adiantar-se que apresentaremos tal relação em cobertura completa dos temas em todas as Constituições, e, portanto, que algumas incluem neste capítulo assuntos que outras excluem.

Por outro lado, de acordo com o sentido que apresentem, com os objetivos visados, ou se quisermos, com a sua expressão cultural, poderemos chegar até à classificação destes assuntos por **famílias**, que passaríamos a analisar em profundidade.

Vamos partir de um processo mais simples, pois, e enunciarlos por sua apresentação usual como sendo econômicos ou tendo íntima relação com a atividade econômica. E constataremos que na "Ordem Econômica e Social", as Constituições, de modo geral, enquadram os seguintes assuntos:

- Propriedade
- Liberdade
- Planejamento
- Intervenção do Estado na atividade econômica
- Produção de riquezas
- Circulação
- Repartição
- Consumo
- Emprêsa
- Capital e rendimentos
- Moeda e Crédito
- Preços e Monopólios
- Abuso do poder econômico
- Trabalho

Parece-nos que bastaria esta listagem feita a êsmo para se encontrar um valioso material a exigir tratamento mais cuidadoso.

Tratá-lo por **famílias** de assuntos seria um primeiro passo indicado. Mas, aí se teria deparado também com o primeiro obstáculo, tal seja o de conceituar de tal modo a natureza de cada um deles, que a classificação não deixasse dobrar. Vamos tentá-lo, entretanto,

sem mais profundas justificativas e baseados nos conceitos pacíficos e predominantes, visto como o presente trabalho visa tão somente delinear um maior contacto com o tema.

Tomemos, pois para o enquadramento dos temas, três grandes ramos caracterizado, cada um deles, pela predominância do

**Econômico, do
Jurídico ou do
Político.**

Deixemos, por ora, as dificuldades em isolar um do outro, destes aspectos. Sigamos a técnica analítica, ainda que numa primeira análise mais grosseira. Assim, poderemos tentar a confecção de um Quadro para os assuntos enfeixados no capítulo da "Ordem Econômica e Social" das diversas Constituições e que seria o seguinte:

QUADRO II

A. Econômicos	A. Jurídicos	A. Políticos
Bens econômicos Trabalho Capital Moeda Crédito Preços Monopólio Rendimentos	Propriedade	Liberdade Bem - Estar Poder Econômico Intervenção do Estado

Outros títulos deveriam constar de um quadro cujos capítulos fossem mais diversificados. Assim, para um capítulo denominado "Técnica Econômica", seriam destinados os títulos **Produção, Repartição, Circulação, Consumo, Oferta e Procura**. No entanto, os elementos econômicos básicos, movimentados por esta técnica com as finalidades enumeradas nos aludidos títulos, já foram catalogados no capítulo **Econômico** e, para os limites pretendidos no momento, parece que nos basta o avanço.

Ainda na técnica jurídica merece registro; o **ganho, a compra e venda, o empréstimo**, etc.

A questão do **Planejamento** ainda se nos mostra mais interessante. É técnica econômica, sem dúvida. Mas o seu entrosamento com uma finalidade política a curto e a longo prazo, assim como os recursos legais que exige, inclusive a determinação legal do sentido de autoridade planejadora, executiva e fiscalizadora, dão-lhe um matizado de grande sincretismo que justifica ponderações mais aprofundadas.

Limitemo-nos, no entanto, por ora, às considerações sobre os capítulos acima enumerados.

Do Econômico como Conteúdo

Tomemos, então os **institutos econômicos** como **realidades econômicas** que são, e observemos a sua posição nos textos legais como conteúdo da própria **lei**, assim como do **direito** aí legislado. Abordemos o tema pacientemente; **Bens econômicos**: — não importa para a conceituação do bem econômico a sua situação geográfica por exemplo, apesar da técnica de produzir levar em grande consideração este fato. Se tais bens estão situados no solo, no sub-solo ou no supersolo razões diferentes, de ordem econômica, passam a ser apresentadas, desde o próprio conceito de produzir, vindo dos fisiocratas, até às discussões sobre a disponibilidade do bem e a apropriabilidade como característica de sua condição econômica.

Ainda mais, é na técnica de aproveitamento dos bens que vamos considerá-los bens de uso, bens de consumo ou, mesmo, bens intermediários. Se a sua apresentação é de bem acabado ou semi-acabado ou se a destinação que recebem os define como bens de uso imediato, de uso durável ou de produção propriamente ditos, estamos cuidando de detalhes da técnica econômica de produzir, mas, ao mesmo tempo, estamos lidando com o elemento econômico **bem**. A atividade econômica gira em torno da afirmativa deste bem econômico que irá satisfazer as necessidades humanas. Assim sendo, sempre que um dispositivo legal se refira a bem econômico, este figura como conteúdo econômico do referido dispositivo. O conceito de bem econômico é um conceito puramente econômico.

TRABALHO — De outro modo não acontece com o **trabalho** tomado como o esforço conciente desenvolvido no sentido da satisfação das necessidades econômicas. É conceito puramente econômico, visto como a própria atividade econômica do homem: se confunde, por definição, com o trabalho.

O local onde se desenvolva, a destinação que receba, os próprios resultados que ofereça, as condições em que se realize, o modo de se conduzir, ou a remuneração de garantias do trabalho podem envolver conhecimentos e técnica de outras atividades. Porém, tal como trabalho, seu conceito é puramente econômico. E, mesmo quando entramos pela técnica de seu próprio aperfeiçoamento, procurando racionalizar os esforços para deles tirar os maiores e mais proveitosos resultados, ainda estaremos agindo economicamente, dentro do conceito mais puro do próprio econômico.

É bem verdade que o trabalho depende diretamente da condição humana. Quer seja ele de execução, susceptível de progressivamente ir sendo substituído pela máquina; quer seja de direção, encarregado, inclusive, de tirar o maior e mais racional proveito do trabalho de execução ligado aos demais elementos da produção; quer seja de invenção, nunca dispensa o homem, porque dele provém. Então, podemos entrar por outros ramos do conhecimento hu-

mano para considerá-lo. Penetrando, por exemplo, por regulamentações diversas do seu exercício, passaremos pelas questões da própria saúde humana, da segurança ou da arregimentação para despontar mais ou menos surpresos no território da religião. Mas o trabalho, tal como trabalho, será sempre um conceito econômico, estritamente ligado à técnica econômica do maior rendimento e abrindo vastos horizontes de outras conceituações econômicas como a da **produtividade**, por exemplo.

Capital — Debalde se procurará dar como característica essencial do capital, outra que não a econômica. Pode ser tomado como **categoria histórica**, por Marx, pode ser considerado elemento tipicamente jurídico por outros. Mas, sendo por definição um bem econômico e por destinação aquele que se aplica à produção de outro bem, o capital é, em última essência, econômico. Na técnica econômica da produção, ele desempenha importante papel e na sequência histórica afirma-se como conquista técnica da qual o homem não abrirá mão, jamais. Que se discutam os melhores processos de sua disciplinação, ou que se procure levar em alta consideração o efeito por ele apresentado na melhoria das condições de produção. Mas, o capital sempre terá como primeiro e essencial elemento característico, o ser econômico.

Moeda — Só a atividade econômica a justifica. Em sua função de bem intermediário, ainda é na qualidade de bem econômico que arrazoá a sua própria existência. Sem trocas e negociações na sociedade, não há moeda. Representa um estágio histórico mais avançado no desenvolvimento social e nos entendimentos econômicos do homem. Porém, sua natureza é econômica e sua essência é puramente econômica. Constitui um enriquecimento da experiência econômica do homem, possibilita tipos mais avançados de transações, favorece a afirmativa de espírito de poupança e previsão no homem, que são típicos de conquistas culturais muito avançadas. Tudo isto, porém, recai sempre na característica econômica que apresenta, com seu funcionamento e o controle dos efeitos de sua aplicação regidos por leis econômicas típicas.

Crédito — A introdução do fator confiança na transação econômica é decorrência da aplicação da moeda e da longa experiência do negócio da transação. Não se aplica o crédito onde não se realize a transação. E a introdução do fator tempo na transação, tempo decorrido entre o recebimento para uso do bem econômico e o pagamento em bem econômico intermediário ou da mesma espécie, vem dar ao crédito o sentido puramente econômico que também apresenta.

A técnica de outra natureza, como por exemplo, a jurídica, tão importante na regulamentação do crédito, ou então as medidas administrativas típicas referentes ao uso do crédito para a obtenção de

determinados efeitos, são meros auxiliares do crédito como da própria moeda, em seu funcionamento por técnica tipicamente econômica. Mesmo quando se entra mais profundamente na análise de tais consequências, quando se argumenta com problemas como o da inflação e da deflação, do condicionamento dos investimentos e, em última instância, do emprego influenciando no mercado de trabalho, ainda se estará pondo todos os demais recursos a serviço de elemento econômico típico.

Preços — Sendo o preço a expressão monetária do valor, temos nele tão somente uma relação, entre dois elementos econômicos: **bem econômico** e **moeda**. A moeda, por sua vez, também é um bem econômico com valor real ou referencial. Então o preço, que tomamos como instituto econômico, quase chega ao ponto de não oferecer categoria bastante para tanto e se enquadrar apenas no âmbito de técnica econômica.

Tão grande é a sua expressão na economia capitalista, porém, e tão estreitamente ligado se encontra à experiência cultural das transações, que não tendo conseguido abolir a moeda, o homem também não se libertou da transação à base do preço. Por esta razão lhe demos maior ênfase. Porém, mesmo quando se tenta impedir por outras técnicas, que não a econômica, o seu funcionamento ou livre manifestação, o preço sempre se apresentará como instituto econômico típico regendo-se por leis econômicas.

Monopólio — Nada mais é do que o resultado da aplicação de técnica econômica. E, embora sejam aplicados os mais diversos conceitos para a sua justificativa ou repúdio, embora sejam diferentes os seus efeitos a serem tomados pelos prismas dos mais descontraídos matizes, o monopólio é instituto econômico, cuja caracterização é estritamente econômica.

Rendimento — Tomado o conceito no sentido de produtividade, de acréscimo de valor, com a raiz histórica fincada no conceito fisiocrático de **produit net** e com a atualização cultural levada às últimas consequências, o rendimento ainda é conceito estritamente econômico, mesmo porque constitui a tradução da **maior vantagem** do conceito econômico atual, de base maxberiana. Não importa saber da liceidade de sua destinação ou rendimento, nem da justificativa de sua propriedade: o rendimento, tal como rendimento, é conceito econômico típico e assim deve ser tratado.

Outros elementos poderiam ser tomados, por certo. Porém, seguiremos os dados obtidos na pesquisa. E, dentre os **institutos** tipicamente econômicos enfeixados no capítulo "Da Ordem Econômica e Social" das Constituições analisadas, estes nos pareceram os mais dignos de menção. Para outro que considerasse, porém o tratamento seria o mesmo e a atitude-tipo norteará qualquer trabalho no mesmo sentido.

Do Jurídico como elemento autônomo

No título **Jurídico** incluímos a **propriedade**. Efetivamente, a propriedade é um direito. É um conceito típica e puramente jurídico. Não importa a discussão de qual seja o objeto da propriedade, ou, mesmo, o seu sujeito. Tal como conceito, ela é um conceito tipicamente jurídico. Mesmo sociologicamente, tomado o sentido maxleriano de uma probabilidade de disposição do bem, reconhecida pelo grupo, ainda será um direito este reconhecimento que concretize a possibilidade, traduzindo-a em realidade. O sentido político que se lhe dê, será outro tema. As manifestações diversas para que se a presente, sejam públicas, privadas, coletiva ou que outra maneira e técnica venha adotar, sempre farão que a propriedade permaneça como um direito reconhecido pelo grupo, e referente a disposição dos bens.

Ai é que um outro ponto passa a exigir certo esclarecimento: quem é proprietário certamente o é de alguma coisa. Esta coisa, geralmente é um bem econômico, em tal caso, o econômico seria pois, o conteúdo do direito de propriedade?

Neste ponto é que enveredamos o nosso raciocínio noutro sentido: O bem econômico será, aqui, um **suporte** do direito de propriedade, porém não o seu conteúdo. Tanto que este princípio acabou por trazer à Economia a necessidade de ampliar a própria gama de abrangência do seu conceito de bem econômico: A invenção realizada, por exemplo passou a ser bem econômico e o direito de propriedade da invenção teve que marchar para o expediente das patentes, a fim de se assegurar como direito de propriedade.

Esta probabilidade de apreensão do bem e de sua disposição, definida como direito de propriedade, por outro lado, afirma-se em todas as destinações de ordem política que se pretenda traçar. E, por outro lado, incidindo de uma ou de outra forma política sobre tal ou qual bem, seja êle de produção ou de uso, de qualquer modo o caráter jurídico da propriedade nunca é abolido. Seu **suporte**, pois não pode ser tomado em confusão como o seu próprio conteúdo. tanto que a legislação irá regulamentar-lhe o **modo de ser** com referência ao **bem econômico** e, neste caso, tal legislação terá um conteúdo econômico e um correspondente conteúdo jurídico. O modo de se ser do direito de **propriedade** vai, por exemplo, defini-la, para um bem de produção, como pública ou privada, visando razões de ordem política, porém não desfigurando nunca a fisionomia jurídica da propriedade mantida sobre um suporte econômico também não desfigurado, que é o bem econômico.

Tal legislação não terá disposto de **modo de ser econômico** do bem que é suporte da propriedade. Isto porque, êle continuou sendo o bem de produção ou de consumo, conforme a sua própria natureza econômica. Para que fosse conteúdo único da legislação que

sobre êle determinou, deveria ter sido tomado exclusivamente na sua característica e função econômica. Assim, por exemplo, a legislação que dispuzesse da quantidade de bem econômico a ser utilizado por pessoa como resultado do condicionamento ótimo da reunião dos elementos da produção, sem preocupar-se com a propriedade dêste bem, seria uma legislação de conteúdo econômico. Dispondo que um homem trabalhará um hectare de terras, e provado que um homem consegue normalmente trabalhar esta extensão numa atividade determinada, a legislação realmente apresentou um conteúdo tipicamente econômico. Quando passar a estipular que cada homem somente possa ser proprietário de um hectare de terra, então já terá legislado sobre o direito de propriedade, que, por não ter um conteúdo próprio embora constitua conceito autônomo, tomará como suporte o bem econômico terra.

Mais ainda, aqui entra também o elemento moral, o **dever ser**. É quando o direito à propriedade impõe a obrigação de que se torna útil à coletividade. Um objetivo político calçou-se aqui, na base moral e foi cristalizado como **deve ser**. O condicionamento do direito de propriedade e a técnica jurídica da expropriação e outras, constituem o fértil material de pesquisa dêste tema.

Objetivemos, pois, êstes argumentos, com o material pesquisado.

Das Constituições analisadas pudemos destacar para o título **propriedade**, os seguintes itens, que também procuraremos reduzir a **famílias** determinadas, de acordo com o suporte tomado, a destinação discriminada ou outra motivação qualquer.

Neste caso, tentemos construir um quadro a respeito:

QUADRO III

SUPORTE ECONÔMICO			Técnica Jurídica	Técnica Política
Bens Econômicos		Serviços		
Por destinação	Por colocação			
De produção Uso doméstico Consumo	Sub-solo Solo Super-solo	Transporte Comunicações Rádio	Expropriação Limitação Estímulo Formas de ex- ploração	Nacionalização Distribuição Condiciona- mento

Inicialmente, deveremos considerar o próprio sentido jurídico da propriedade. E, aí vamos encontrar as modalidades de propriedade que, tomando a pessoa individualmente considerada, o grupo so-

cia! total ou os grupos e coletividades dentro da própria sociedade, vão assumir feições jurídicas diversas nas modalidades de propriedade **privada, pública ou coletiva**. Esta última por sua vez, apresentará as formas modernizadas de conceituações possíveis na propriedade cooperativa, ejidal e kolkosiana das experiências atuais, e que encontram melhor profundidade sociológica no conceito de associação e sua diferenciação com o de instituto.

Quanto à propriedade com o suporte do bem econômico, temos então a considerar uma primeira diferença entre bens econômicos propriamente ditos e serviços, embora não raramente também estes últimos sejam tomados como bens.

Na classificação dos bens econômicos poderemos tomá-los por vários prismas como demonstra o Quadro III, a título ilustrativo.

Por outro lado, julgamos necessário incluir, ainda, neste quadro, o que chamamos **técnica política** referente ao direito de propriedade.

E' que, de tal modo o direito de propriedade está entrosado na caracterização dos **regimes políticos**, que se vai tornando cada vez mais difícil tratá-lo separadamente dos objetivos desses próprios regimes.

Ainda mais, não podemos classificar o assunto no capítulo **político** do Quadro II porque aqui se trata tão somente de técnica política relacionada diretamente com a propriedade e expressa por íntima entrosagem com a técnica jurídica do próprio direito de propriedade. Aí catalogamos a nacionalização, a distribuição de terras e riquezas e o condicionamento do direito de propriedade em diversos sentidos.

Do Político como processo e como objetivo

Ao encararmos o elemento **político** propriamente dito, temos que partir da sua própria natureza e condicioná-lo a fins.

Por vezes, entretanto o elemento político chega a ser tomado como fim.

Ou, ao contrário, assume feição de processo de realizar objetivos mais amplos, objetivos finais meta-políticos e meta-jurídicos, parecendo ser este o modo mais correto de por o problema.

Na primeira atitude, temos, por exemplo a **liberdade** como conceito puramente político e oferecida como fim das legislações básicas dos povos nos regimes que a erige a essa condição.

No segundo parecer, temos por exemplo, **bem-estar** hoje enunciado pela totalidade das Constituições modernas. E, embora o seu conceito difuso e variável, a verdade é que mesmo para aqueles que reduzissem este próprio **bem-estar** a expressões econômicas, como a satisfação final das necessidades básicas do homem, ele estaria

além do jurídico e além do político. Também não esqueceremos, aqui, o pensamento de Carlos Campos, pondo igualmente o **econômico** no nível do jurídico e do político pois que, em última análise, todos seriam **técnica de realização de interesses**, sendo, na realidade, os interesses básicos de alimentação e de perpetuação, o objetivo final e verdadeiro da atividade humana.

Como processo, tomaríamos o político expresso nas Constituições, especialmente pela admissão das diversas formas de intervenção do Estado no domínio econômico, assim como pelas considerações a respeito do **poder econômico**, até ao conceito de seu **abuso**, em última instância deverá ser considerado não somente no sentido estreito, decorrente do direito de propriedade privada, mas igualmente no de um **abuso de autoridade** decorrente daquele próprio direito.

Já, considerado o político como fim, tropeçaremos com os próprios cerceamentos a essa liberdade, tornados crescentes na legislação moderna, sobretudo em se tratando daquele campo de coincidência dos conceitos econômico, jurídico e político.

As liberdades de iniciativa, de disposição dos bens e de escolha do trabalho integrando a liberdade econômica de modo geral, esbarram no princípio jurídico da propriedade, que lhes dá muito mais colorido do que qualquer objetivo político que se lhe tentasse conferir. Quanto à liberdade de contratar, oferecendo aspecto jurídico mais puro, ainda acabaria por redundar numa das forças de disposição de bens ou de serviços, e, portanto, no direito de propriedade com suporte econômico. A liberdade política em si, somente se manifestaria, quando desligada destas pêias e tal desligamento vai perdendo sentido devido à contrapartida de ordem econômica sempre procurada no próprio uso da liberdade individual.

Em decorrência da tentativa de se dissociar o material trabalhado nas Constituições e tomado como a expressão da realidade política, econômica e jurídica dos povos, parece-nos possível atingir pontos mais avançados do conhecimento referente ao comportamento do elemento econômico e à sua relação ou correlação com o jurídico e, ainda mais, com o político e o moral.

As pesquisas em profundidade não se tornarão difíceis, se a técnica se aplicar e se aperfeiçoar neste sentido. Mas, tanto a técnica de legislar economicamente, como o conceito realista de justiça, muito ganharão com o desenvolvimento dos trabalhos neste campo, porque é fácil constatar uma experiência nesse sentido, que se apresenta desordenada e desarticulada, justamente pela falta de um ajustamento teórico que recolha os seus melhores frutos.

Varias são as Constituições, por exemplo, que deslocam dos "direitos fundamentais" elementos até aqui julgados essenciais à sua própria afirmativa e os trazem para o capítulo "Da Ordem Eco-

nômica e Social". Outras, embora mantendo este capítulo, tratam aqueles mesmos elementos de modo inteiramente diverso, ou os situando na disposição tradicional anterior cu lhes dando ainda maior ênfase e os destacando, por completo, de qualquer outro título abrangente.

Mas, se este simples fato merece estudo e investigações de grande importância, não menos expressivo é o conhecimento da própria variação de conceitos verificada de época a época, quando não registrada em oposição numa mesma época e num mesmo texto constitucional.

Um movimento de aproximação de princípios, quase de standardização constitucional, por vêzes é facilmente registrável e a observação superficial nos levaria tão somente a encontrar razões de supremacia ou de domínio político e especialmente econômico quando não apenas cultural, de um povo sobre o outro. Mas, o sentido e a expressão realmente humana, do direito internacional, aí se fazem conhecer, de modo muito eloquente, e exigem do observador agúcia e cultura bem mais amplas.

Difícilmente chegaremos a resultados certos partindo dos dados reais desta legislação e do auxiliar histórico, se tentarmos enquadrar a análise do material em cânones definidores de sistemas e regimes econômicos e na tentativa sectária de determinar o seu correspondente político. Uma elaboração histórica calcada em sequência inevitável, definida pela exigência de sedimentação cultural, sempre se fará visível, mesmo quando os dispositivos constitucionais imponham princípios radicais ante os que anteriormente guiavam os ideais políticos do país sob estudo. As experiências sempre acabam por oferecer os seus melhores resultados a todos os povos, sob quaisquer regimes, e nem poderia deixar de ser assim, pois a finalidade última de alcançar o bem-estar constitui meta que nenhum programa humano poderia excluir.

O **modo de fazer**, este sim, varia e varia sempre. E os próprios conceitos de moral e justiça oferecem mais rico material de análise nas pesquisas da legislação e na realidade econômica legislada juridicamente, do que nas simples narrativas históricas nem sempre saturadas com este sentido de fixação que o fato social apresenta quando traduzido na lei básica dos povos.

Em tudo isto, porém, releva destacar o sentido permanente do econômico, permitindo-lhe oferecer aquela condição de **conteúdo**, de substrato que a legislação conterà e procurará disciplinar de acordo com o estágio da técnica jurídica e com o ideal político visado. Mesmo com a evolução das teorias referentes ao econômico, o interesse humano de afirmativa vital sempre permanecerá o mesmo e será a base mais profunda do próprio desenvolvimento das técnicas postas a seu serviço. E nem por isto, por outro lado, o econômico, eliminará

outros elementos culturais básicos, como o jurídico, o político ou o moral, ora servindo-lhe de suporte, ora recorrendo à técnica que é específica, até para a sua própria afirmação.

Um profundo entrosamento conceitual, portanto, constitui realidade cultural inegável. E este entrosamento faz esmaecer demasiadamente o sentido daquelas explicações calcadas na predominância de um sobre os outros elementos especificamente tomados, mesmo porque a consideração da própria cultura em departamentos estanques, não é método condizente com o que ela mais apresenta de natural e de ajustado à complexidade do real.

Praticando a atividade econômica propriamente dita, que o define não somente como um ser biologicamente considerado mas como animal social pensante, o homem negocia, o que vale dizer, **coexiste** à base de transigência, entendimento e transação. E neste momento, ou a partir dele, todos os demais elementos culturais da vida grupal, o político, o jurídico ou o moral estarão postos em grau de correlato de entrosamento oferecendo os dados de sua afirmativa e de conformação da conduta humana, na própria aplicação e proveito das conquistas técnicas e sociais.

A preocupação, pois, de definir o campo específico de um Direito Econômico, talvez possa parecer a muitos mero excesso de detalhe ou filigrana cultural. A determinação, tanto quanto possível profunda, dissecante, do elemento econômico em sua última caracterização, porém, parece-nos trabalho indispensável, a fim de que melhor se possa indentificar-lhe o colorido na trama cultural apresentada sob as diversas manifestações da atividade e do entendimento humanos.